



II SEMINÁRIO DO NÚCLEO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



MILITANCIA E FEMINISMO DURANTE OS ANOS DE CHUMBO

Suanam Altair Tavares de Menezes¹, Adriana Pinheiro Gomes², Francisca Andréa Brito Furtado³

A ditadura militar instituída em 1964 foi um golpe onde as forças armadas depuseram o presidente João Goulart, perdurou 21 anos sob governos sucessivos de militares. No ano de 1968 o governo estabeleceu o ato institucional nº 5 que derrubou a constituição suspendendo direitos civis permitindo que o exército e a polícia detivessem quaisquer suspeitos, inimigos e políticos contrários ao regime, institucionalizando assim a tortura. O objetivo deste estudo foi compilar na literatura existente informações acerca de experiências vivenciadas por mulheres militantes durante o período da ditadura militar brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa realizada em novembro de 2019. Em que foram consultas as bases de dados SCIELO e Google Acadêmico, utilizando operador booleano (AND) empregando as palavras chave: Mulheres. Ditadura Militar. Feminismo. Para critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, em português, publicados em 2019. Para critérios de exclusão: artigos repetidos. Foram encontrados 1.720 estudos, após aplicação dos critérios previamente elencados e mediante leitura 12 adequaram-se ao tema proposto. O movimento feminista no período do regime militar regrediu, sofreu repressão e boa parte da militância passou a ser clandestina, as mulheres capturadas sofriam torturas, estas foram consideradas esquerdistas, comunistas e desviadas que rejeitavam sua própria natureza tendo a audácia de querer espaço no meio político, diversas mulheres relatam ter cargos empregatícios negados somente por questão de gênero. O documentário “Que bom te ver viva” (1989) relata a experiência mulheres militantes presas na época, inicia-se com o depoimento de Maria do Carmo Brito, líder da vanguarda popular revolucionária, detida em 1970, torturada por 2 meses, trocada pelo embaixador alemão e condenada a exílio. Estrela Bohadana presa em 1969 fora obrigada a andar nua com velas atadas a fios elétricos cantando a musica Jesus Cristo de Roberto Carlos e ter que escolher seu próprio torturador. Com o pavor mediante atrocidades cometidas muitas mulheres tiveram que fugir de cidade, país e até trocar de nome. No ano de 1970

¹Discente do curso de nutrição na Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN e membro do Núcleo de Estudos da cultura afro-brasileira e indígena (NECABI), email: Sussu.tavares@hotmail.com

²Docente do curso de Contábeis na Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, email: Adriana.pinheiro71@gmail.com

³Orientadora, Docente do curso de Arquitetura e urbanismo na Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, Coordenadora do Núcleo de Estudos da cultura afro-brasileira e indígena (NECABI), email: Andreafurtadoufc@gmail.com



II SEMINÁRIO DO NÚCLEO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Therezinha Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia, sendo considerado o marco para a lei da Anistia de 1979. Conclui-se que ao longo da história houve muita luta até a assinatura da Carta Magna do Brasil de 1988 que garantia proteção, direitos e deveres iguais entre gêneros, porém 31 anos após ainda nos deparamos com luta por igualdade salarial, violência e feminicídios.

Palavras-chave: Mulheres. Ditadura Militar. Feminismo.

Agradecimentos: Agradeço a orientadora Francisca Andréa Brito Furtado, aos co-autores, ao Núcleo de Estudos da cultura afro-brasileira e indígena da Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN e a Universidade Regional do Cariri - URCA, pelo apoio e oportunidade.